

ÍNDICE GERAL

	Págs.
PREFÁCIO DO PROVIDOR DOS DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA DE TIMOR-LESTE.....	7
PREFÁCIO DO <i>IUS GENTIUM CONIMBRIGAE</i>	11
AGRADECIMENTOS.....	13
APRESENTAÇÃO.....	15
APRESENTAÇÃO.....	19
SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	23
CAPÍTULO I — NATUREZA E CONCEITO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E HUMANOS	27
Visão Global.....	29
Palavras e Expressões-Chave.....	29
1. Conceito de Direitos Fundamentais e de Direitos Humanos.....	29
1.1 Visão Geral.....	29
1.2 Conceitos afins: direitos fundamentais e direitos humanos.....	31
1.3 Características e Classificação dos Direitos Fundamentais e dos Direitos Humanos.....	33
1.4 Funções dos Direitos Fundamentais e dos Direitos Humanos.....	39
2. O “Desenvolvimento” dos Direitos Fundamentais e dos Direitos Humanos.....	41
2.1 Antecedentes históricos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos.....	41
2.2 O Futuro dos Direitos Fundamentais e dos Direitos Humanos.....	48
2.3 O Contexto Nacional: Os Direitos Fundamentais e os Direitos Humanos em Timor-Leste.....	50
3. Fontes dos Direitos Fundamentais e dos Direitos Humanos.....	54
3.1 Ao Nível Nacional.....	55
3.2 Ao Nível Internacional.....	59
3.2.1 Os Tratados Internacionais de Direitos Humanos.....	61
3.2.2 O Costume Internacional.....	73

	Págs.
3.2.3 Atos das Organizações Internacionais ou <i>Soft Law</i>	77
3.2.4 A Jurisprudência	87
3.2.5 Os princípios gerais do Direito internacional	89
4. Relação entre o Direito Interno e o Direito Internacional.....	93
4.1 Receção do Direito Internacional Geral ou Comum.....	95
4.2 Receção do Direito Convencional	99
4.3 Conflito entre o Direito Interno e o Direito Internacional	103
CAPÍTULO II — VISÃO GERAL DA CONSTITUIÇÃO.....	107
Visão Global	109
Palavras e Expressões-Chave	109
1. História da Constituição da República Democrática de Timor-Leste.....	109
2. Visão Geral da Constituição da República Democrática de Timor-Leste..	116
2.1 Estrutura da Constituição	117
2.2 Princípios Fundamentais	118
2.3 Regime dos Direitos Fundamentais.....	122
2.4 Organização do Poder Político e Sistema de Governo.....	122
2.4.1 Separação e Interdependência de poderes.....	122
2.4.2 Sistema Misto Parlamentar-Presidencial	124
2.5 Sistema Legislativo	129
2.5.1 Primado Parlamentar da Competência Legislativa	130
2.5.2 A Reserva Absoluta da Competência Exclusiva do Parlamento Nacional	130
2.5.3 A Reserva Relativa da Competência Exclusiva do Parlamento Nacional	134
2.5.4 A Competência Legislativa Dependente Atribuída ao Governo.....	136
2.5.5 A Competência Legislativa Concorrente entre o Parlamento Nacional e o Governo.....	137
2.5.6 A Competência Exclusiva do Governo.....	140
2.5.7 Mecanismos de Controlo da Competência Legislativa.....	141
2.5.8 O Procedimento Legislativo.....	148
2.6 Estrutura Judiciária	156

	Págs.
2.7 Controlo da Constitucionalidade e Revisão Constitucional	181
2.7.1 Mecanismos de Fiscalização Constitucional	182
2.7.2 A Revisão Constitucional.....	184
2.8 Constituição e Ordenamento Jurídico.....	192
3. Hermenêutica Constitucional.....	206
3.1 Elementos Básicos de Interpretação.....	208
3.2 Princípios da Interpretação Constitucional.....	209
3.3 Lacuna Constitucional	214
3.4 Interpretação conforme à Constituição	217
3.5 Os Agentes da Interpretação Constitucional	219
CAPÍTULO III — REGIME DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	223
Visão Global	225
Palavras e Expressões-Chave.....	225
1. Breve Introdução ao Regime dos Direitos Fundamentais	226
2. Enquadramento Conceptual do Regime dos Direitos Fundamentais	229
2.1 Funções dos Direitos Fundamentais: Subjetiva e Objetiva	230
2.2 Âmbito de Proteção.....	233
2.3 Densificação Normativa dos Direitos Fundamentais.....	237
2.4 Titularidade dos Direitos Fundamentais	242
3. Direitos, Deveres, Liberdades e Garantias Fundamentais na Constituição	247
3.1. Princípios Gerais dos Direitos Fundamentais.....	248
3.2 Catálogo dos Direitos Fundamentais.....	251
3.2.1 Direitos, Liberdades e Garantias Pessoais.....	252
3.2.2 Direitos Económicos, Sociais e Culturais.....	258
3.3 Outros Direitos Fundamentais.....	280
3.3.1 Direitos Fundamentais Dispersos na Constituição.....	281
3.3.2 Direitos só Materialmente Fundamentais.....	282
3.3.3 Direitos Fundamentais de Natureza Análoga aos Direitos Fundamentais	285

	Págs.
4. Efetividade dos Direitos Fundamentais.....	286
4.1 Conceitos Conexos e Afins: Aplicabilidade, Exequibilidade, Eficácia e Justiciabilidade	289
4.2 Aplicabilidade e Eficácia dos Direitos Fundamentais em Timor-Leste	295
4.3 Vinculação dos Poderes Públicos: Implicações Práticas da Aplicabilidade e Eficácia	300
4.4 Vinculação dos Particulares	303
5. Metodica Constitucional.....	307
CAPÍTULO IV — AS LIMITAÇÕES AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	309
Visão Global	311
Palavras e Expressões-Chave.....	311
1. A Limitação aos Direitos Fundamentais: Fundamentos.....	311
2. As Restrições aos Direitos Fundamentais.....	313
2.1. Os Tipos de Restrições	315
2.2. Âmbito de Aplicação do Artigo 24.º.....	316
2.3. Requisitos das Leis Restritivas (os “limites dos limites”).....	319
2.3.1 Requisitos Relativos à Lei Restritiva.....	321
2.3.2 Requisitos Relativos ao Conteúdo da Restrição	327
2.4 As Intervenções Restritivas	342
2.5 A Colisão ou Conflito de Direitos	345
3. Suspensão do Exercício dos Direitos Fundamentais.....	346
3.1. Requisitos da Suspensão.....	349
3.1.1 Requisitos relativos à Declaração de Estado de Exceção.....	350
3.1.2 Requisitos relativos ao Conteúdo e à Extensão do Estado de Exceção	357
4. Método de Controlo da Restrição e da Suspensão dos Direitos Fundamentais	364

	Págs.
CAPÍTULO V — O PRINCÍPIO DA IGUALDADE E O PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO	367
Visão Global	369
Palavras e Expressões-Chave	369
1. Introdução ao Princípio da Igualdade e ao Princípio da Proibição da Discriminação.....	369
1.1 Breve Enquadramento Conceptual.....	371
1.2 Evolução Histórica do Conceito.....	372
2. O Princípio da Igualdade e o princípio da Proibição da Discriminação no Ordenamento Jurídico Timorense	380
2.1 Na Constituição de 2002	384
2.1.1 O Princípio da Igualdade.....	384
2.1.2 O Princípio da Proibição da Discriminação.....	386
2.2 Concretização nas Leis	407
2.3 A Jurisprudência.....	415
3. Diferenciação <i>versus</i> Discriminação	418
3.1 Discriminação, Diferenciação Permitida, Diferenciação Positiva e Ação Afirmativa	421
3.1.1 Discriminação	421
3.1.2 Diferenciação Permitida.....	426
3.1.3 Diferenciação Positiva e Ação Afirmativa.....	427
3.2 Discriminação Direta e Indireta	434
3.2.1 Discriminação Direta	434
3.2.2 Discriminação Indireta.....	434
4. O Princípio da Igualdade e Respetiva Metódica.....	436
4.1 Metódica Proposta para Timor-Leste	437

	Págs.
CAPÍTULO VI — A TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	443
Visão Global	445
Palavras e Expressões-Chave	445
1. Os Tribunais e os Direitos Fundamentais.....	446
1.1 O Direito de Acesso aos Tribunais	449
1.2 Responsabilidade por Violação de Direitos Fundamentais	457
1.2.1 Responsabilidade do Estado.....	458
1.2.2 Responsabilidade individual.....	464
2. Justiça Comum e a Tutela dos Direitos Fundamentais	468
2.1 Justiça Administrativa.....	468
2.2 Justiça Penal	479
2.3 Justiça Civil.....	486
3. A Justiça Constitucional.....	488
3.1 O Processo de Fiscalização Abstrata Preventiva da Constitucionalidade e da Legalidade.....	497
3.1.1 Requisitos processuais	498
3.1.2 Decisões do Supremo Tribunal de Justiça	501
3.2 O Processo de Fiscalização Abstrata Sucessiva da Constitucionalidade e da Legalidade.....	506
3.2.1 Requisitos processuais	506
3.2.2 Decisões do Supremo Tribunal de Justiça	511
3.3. O Processo de Fiscalização da Inconstitucionalidade por Omissão ...	517
3.3.1 Omissão Legislativa Inconstitucional	518
3.3.2 Requisitos Processuais	525
3.3.3 Decisões do Supremo Tribunal de Justiça	526

	Págs.
3.4 O Processo de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade.....	527
3.4.1 Requisitos Processuais	530
3.4.2 Tipos de decisões do juiz <i>a quo</i>	531
3.4.3 Recursos para o Supremo Tribunal de Justiça	531
3.4.4 Decisões do Supremo Tribunal de Justiça	541
BIBLIOGRAFIA — DOUTRINA.....	545